



PARECER Nº 112/2017 – ASSEJUR/ADM

PROC. Nº : 2382/2017
REQUERENTE : SECRETARIA GERAL
ASSUNTO : EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2017 – SRP

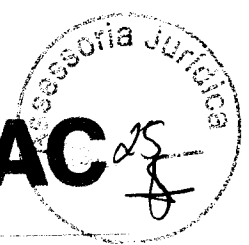
Trata-se de análise dos aspectos jurídicos relativos à abertura do **PREGÃO PRESENCIAL 026/2017 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO** – visando futura contratação de empresa especializada em serviço de viagens aéreas em nível internacional, na forma solicitada no expediente de fl. 02, expedido pela Secretaria Geral do MPAC.

Os autos foram encaminhados a esta Assessoria Jurídica pelo Departamento de Licitações para análise dos documentos necessários à instrução processual e à composição do processo de licitação, nos termos da legislação estadual e federal vigente.

Instruem os autos, anexos ao referido edital: Termo de Referência (Anexo I); Modelo de Declaração de Habilitação (anexo II); Modelo de Identificação de Micro e Pequena Empresa (Anexo III); minuta da Ata de Registro de Preço (Anexo IV) e minuta do Contrato (Anexo V).

É o relatório necessário. Manifesto-me, tal como determina o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Quanto à formalização do processo de licitação, verifica-se que foi devidamente autuado, protocolado e numerado, em consonância com o disposto no artigo 38, *caput*, da Lei nº 8.666/93. O procedimento administrativo interno se encontra instruído com documentos essenciais ao regular processamento da licitação, dentre eles: **1)** solicitação da abertura do procedimento pelo setor competente (fl. 02); **2)** Termo de Referência, contendo a justificativa detalhada da necessidade de contratação dos serviços descritos de forma completa e minuciosa (fls. 03/09); **3)** pesquisa de interesse e levantamento de preços (fls. 14/17); **4)** a autorização para a abertura de licitação advinda da autoridade superior (fl. 19).



A modalidade escolhida é o Pregão Presencial para Registro de Preços, prevista na Lei 10.520/2002 (lei que instituiu a modalidade de licitação denominada Pregão), c/c o art. 15, II, da Lei nº 8.666/93, regulamentado nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013 (regulamento do sistema de registro de preços), a qual parecer ser perfeitamente cabível e mais vantajosa para a Administração Pública em razão da ampla competitividade de preços dela decorrentes, possibilitando assim uma maior participação das licitantes interessadas. Além disso, pela descrição do objeto e pela justificativa apresentada para sua contratação no termo de referência –devidamente aprovado pela autoridade competente – conclui-se que se adequa perfeitamente aos fins desta Instituição, não caracterizando qualquer desvio de finalidade.

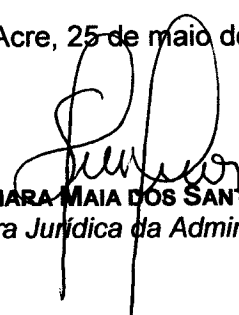
Dando início ao exame dos documentos em referência, denota-se que estão atendidas as exigências da Lei nº 10.520/02 (Pregão), dos Decretos Federais nos. 3.555/00 (Regulamentação do Pregão) e 7.892/13 (Sistema de Registro de Preços), da Lei nº 123/06, do Decreto Estadual nº 5.967/10 (Regulamento Estadual do Sistema de Registro de Preços) e da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) com suas alterações posteriores. Além disso, o edital de pregão preenche os requisitos obrigatórios contidos no art. 3º, incisos I a IV, da Lei nº 10.520/02 c/c o art. 40, e respectivos incisos, da Lei nº 8.666/93.

Em relação à minuta do contrato, bem como da ata de registro de preços, verifica-se que ambas atendem às exigências do art. 15, inciso II, §§ 1º ao 5º, e artigo 55, e incisos, da Lei de Licitações e Contratos Públicos, constando, nos instrumentos, as cláusulas obrigatórias previstas na referida norma.

Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica entende que o procedimento administrativo para abertura de processo licitatório está condizente com o ordenamento jurídico, notadamente com a Lei nº 8.666/93 e com os demais instrumentos legais citados, não havendo óbice legal à realização do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2017 - SRP**.

À consideração superior.

Rio Branco – Acre, 25 de maio de 2017.


SAMARA MAIA DOS SANTOS
Assessora Jurídica da Administração